

REVISTA DE DIREITO EMPRESARIAL, N. 11, 2009

Publicação semestral da Juruá Editora
Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – 80030-475 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: (41) 3352-3900 – Fax: (41) 3252-1311
E-mail: editora@jurua.com.br
Home Page: www.jurua.com.br
www.editorialjurua.com

Conselho Editorial

Aldacy Rachid Coutinho (UFPR, Curitiba, PR, BR)
Erasmio Valladão (USP, São Paulo, SP, BR)
Fábio Tokars (FDC e PUCPR, Curitiba, PR, BR)
Fábio Ulhoa Coelho (PUCSP, São Paulo, SP, BR)
Marcia Carla Pereira Ribeiro (UFPR e PUCPR, Curitiba, PR, BR)
Newton Silveira (USP, São Paulo, SP, BR)
Oksandro Osdival Gonçalves (PUCPR, Curitiba, PR, BR)
Osmar Brina Corrêa-Lima (UFMG, Belo Horizonte, MG, BR)
Roberto Wagner Marquesi (UEL, Londrina, PR, BR)
Vincenzo Vigoriti (Università degli studi di Firenze, Firenze, IT)

Coordenadores: Marcia Carla Pereira Ribeiro e Oksandro Gonçalves

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Revista de Direito Empresarial. Curitiba, Juruá, n. 11, jan./jun. 2009.

R454

Semestral

1. Direito empresarial – Periódicos. 2. Sociedades – Periódicos.
3. Atividade econômica – Periódicos. I. Ribeiro, Marcia Carla Pereira
(coord.) II. Gonçalves, Oksandro (coord.). III. Título.

ISSN 1806-910X

CDD 346.07 (22.ed)
CDD 347.7

00038

Marcia Carla Pereira Ribeiro
Oksandro Gonçalves
Coordenadores

REVISTA DE DIREITO EMPRESARIAL

- O Conflito entre Marcas e Nomes Empresariais – Critérios de Prevalência de Sinal Distintivo
- Afinal de Contas, de Quem é esta Molécula? – Perspectivas Privada e Social sobre a Propriedade Intelectual
- Sociedade da Informação e Desenvolvimento: os Desafios e Fragilidades do Projeto Brasileiro de Inclusão Digital
- Tecnologia e Meio Ambiente na Orientação das Atividades Econômicas na Sociedade de Consumo
- Instrumentos Econômicos de Proteção do Meio Ambiente
- Função Social e Intervenção do Estado na Administração das Empresas Privadas
- A Recuperação de Empresas e a Função Social da Empresa na Lei 11.101/05
- Efetividade do Processo e a Execução Extrajudicial dos Acordos de Acionistas
- Crítica à Forma de Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica pela Justiça do Trabalho

N. 11 – Janeiro/Junho 2009

Curitiba
Juruá Editora
2009

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: OS DESAFIOS E FRAGILIDADES DO PROJETO BRASILEIRO DE INCLUSÃO DIGITAL¹

Rosane Leal da Silva²

Sumário: 1. Notas introdutórias. 2. Fundamentos teóricos do tema. 3. A sociedade da informação no Brasil: as políticas nacionais para o setor. 4. Desvelando a realidade: as ambivalências e fragilidades do modelo de inclusão digital brasileiro. 5. Considerações finais. 6. Referências.

RESUMO

Este artigo discute a construção da sociedade da informação no Brasil, evidenciando o processo de inclusão digital realizado pelo Estado brasileiro. Neste sentido, são examinados alguns documentos produzidos no período, bem como os dados recolhidos a partir da realização de pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. A análise empreendida permite afirmar que há um longo caminho a percorrer para que se chegue a um estágio de verdadeira inclusão digital, em que os usuários sejam capazes de se apropriar das tecnologias para a construção de conhecimento, alcançando, por meio de sua utilização, melhores condições de desenvolvimento social e político.

¹ Data da submissão 05.11.2008 – Data da aprovação 30.06.2009.

² Mestra em Integração Latino-americana pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com pesquisa na área de Concentração Direito Estado e Sociedade. Linha de Pesquisa: Sociedade, Controles Sociais e Sistemas de Justiça, sob orientação da Prof. Dr^a. Josiane Rose Petry Veronese. A autora é Professora Assistente do Curso de Direito da UFSM e do Centro Universitário Franciscano – Unifra. Santa Maria/RS – Brasil. e-mail: <rosaneleals@terra.com.br>.

ABSTRACT

This article discusses the formation of the information society in Brazil, highlighting the digital inclusion process accomplished by the Brazilian state. To do this, some documents produced in that period are examined, as well as the data obtained from research about the use of information and communication technologies, carried out by the Internet Management Committee in Brazil. The analysis undertaken enables to assert there is a long way to come to a stage of real digital inclusion, in which users are able to appropriate themselves of the technologies to build knowledge, reaching through their use, better conditions of social and political development.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este artigo visa analisar a construção da sociedade da informação no Brasil, identificando o intrincado jogo de interesses que permeia sua implantação e que imprime uma série de complexidades ao tema, notadamente quando se trata da inclusão digital via internet. Para o enfrentamento de assunto marcado por posições e contraposições optou-se por utilizar o método de abordagem dialético, que se mostra mais adequado para identificar e confrontar as oportunidades e riscos; potencialidades e fragilidades do modelo em curso, na tentativa de apontar possíveis pontos de unidade.

O presente artigo está estruturado em três partes, a saber: para situar a discussão, inicialmente são apresentados os fundamentos teóricos do tema, o que se faz necessário não somente para a identificação das divergências doutrinárias de cariz conceitual, mas especialmente porque a partir do delineamento dos pressupostos epistemológicos é possível compreender o estado da questão e todo o delicado jogo de forças envolvidas, que promovem a interpenetração do local e do global; informação e desinformação; inclusão e exclusão digital e social; sociedade civil e Estado; ordem interna e internacional, numa intrincada *rede* por onde *navegam* os mais variados atores. O adequado tratamento dos termos também possibilitará que se perceba o estágio atual das políticas nacionais para a informação, oferecendo a base teórica para que se compreendam as críticas aqui apresentadas.

Feitas as definições terminológicas, avança-se para a análise das bases sobre as quais foi construído o projeto da sociedade da informação no Brasil. Assim, no segundo item são apresentados os principais pontos

da política nacional da informação para, na última parte, confrontá-los com os resultados obtidos a partir de sua implementação, o que é feito com base em dados das pesquisas sobre a penetração e utilização das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil.

Do cotejo entre posições doutrinárias, políticas delineadas pelo Brasil, documentos oficiais e a realidade revelada por meio das pesquisas sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação são apontadas algumas fragilidades presentes no modelo de inclusão digital brasileiro. A pretensão do estudo não é oferecer respostas para superar os problemas. Mas, sim, fomentar o debate e a reflexão, considerados necessários para que se avance do projeto de sociedade da informação, ora existente, em direção à sociedade informacional.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO TEMA

Cada período histórico é modelado pela forma como homens e mulheres vivem, o que abrange desde as mais íntimas e remotas aspirações de ordem pessoal até os grandes projetos de construção coletiva.

É da simbiose entre os aspectos sociais, econômicos e políticos que se constrói cada período, que tem seu ritmo próprio, determinado pelas descobertas e escolhas realizadas. Enquanto algumas opções quase não deixam registros, outras se constituem em grandes marcos, servindo como um verdadeiro divisor de águas na linha do tempo. Foi assim com o desenvolvimento da indústria, que originou a Revolução industrial. Da mesma maneira se pode falar da criação e expansão das tecnologias da informação e da comunicação, ora em curso, que estão a operar a revolução informacional.

A passagem do tempo permite que se fale com maior segurança da Revolução industrial e do quanto ela impregnou o modo de vida das pessoas, pois foi a partir do carvão, do aço e da incorporação das máquinas que a vida não somente ganhou velocidade, como também se urbanizou. Homens, mulheres e crianças passaram a dividir o mesmo chão de fábrica, a mesma alimentação escassa e as mesmas ruas da cidade. Confundidos às engrenagens, seu trabalho resultava em bens duráveis, visíveis e comercializáveis e, independente da sua vontade, integravam o projeto de construção da modernidade.

A atual revolução, por ainda estar se operando, não oferece o distanciamento necessário para que se avalie com segurança seus impactos. Dela se pode falar apenas aquilo que é mais visível, como o fato de deri-

var do desenvolvimento tecnológico experimentado pela combinação da ciência, da técnica e do capital que, ao invés de perseguir a manufatura de bens, se volta ao imaterial, conferindo destaque aos serviços e informações; que as ruas da cidade onde os atores sociais deixaram suas pegadas passaram a conviver com infovias, por onde *navegam* em grande velocidade e, quase sem deixar rastros, viajam sem sair do lugar; o compromisso com a construção de um projeto de futuro calcado na racionalidade e na certeza, que legasse às gerações subsequentes à propriedade dos bens acumulados parece ter sido substituído por uma grande ambição de instantaneidade, num desejo de viver o tempo presente. Esse processo, embora também impulsionado pelos interesses do capital e colocando em marcha a economia informacional, atravessa aspectos sensíveis da vida das pessoas, alcançando sua forma de partilhar intimidades, de buscar informações e se comunicar com o mundo. Os limites entre o espaço privado e o público se tornam porosos, assim como as fronteiras territoriais, que são ultrapassadas instantaneamente com um simples *click no mouse*. Interligados numa grande aldeia global, todos acabam falando a língua da internet.

Que revolução é essa que atravessa o econômico, atinge os hábitos de vida e promove um novo modelo societário?

Esse questionamento tem sido recorrente entre os teóricos que se debruçam sobre o momento atual. Para muitos doutrinadores³, vive-se na sociedade da informação. Para outros, esta etapa, centrada na informação, já teria cedido espaço para outra, ainda mais vertiginosa, que coloca o informacional no centro de tudo, o que justificaria denominá-la de sociedade informacional, a exemplo de Manuel Castells (2008, p. 64-65), um dos maiores – senão o maior⁴. Para este autor, enquanto o termo sociedade da informação coloca em destaque a informação, a expressão sociedade informacional “*indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico*”.

Portanto, ao utilizar a expressão que entende mais abrangente, o autor pretende destacar a penetração da informação em todos os segmentos da vida das pessoas.

³ Dentre eles: Mattelart (2002); Gonçalves (2003); Wachowicz (2002); Simão Filho (2007), para citar alguns expoentes.

⁴ Lojkine (2002) é outro autor que utiliza esta expressão.

Primando pela clareza conceitual, Castells (2008, p. 64) também apresenta a distinção entre as expressões *sociedade da informação* e *sociedade do conhecimento*. Para ele, informação não é sinônimo de “comunicação de conhecimento”, constituindo-se apenas em dados que foram organizados e comunicados. Na mesma linha das distinções, o autor explica por que considera a morfologia social das sociedades atuais com uma estrutura de redes. Eis suas palavras (2008, p. 565):

Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.

Diante disso e por reconhecer o protagonismo de Manuel Castells no estudo do tema e o acerto de suas distinções, este trabalho adotará as seguintes terminologias: *sociedade informacional* para o cenário atual da sociedade, onde há a interpenetração das informações e comunicações que produzem novas formas de relação social, política, econômica, atravessando todos os segmentos da vida – tanto na esfera local, quanto na global; reservando-se a expressão *sociedade da informação* para mostrar o momento inaugural em que o advento das tecnologias alçava a informação a objeto econômico imaterial, bem como a forma como esta sociedade ainda é chamada no Brasil, haja vista que tanto os documentos oficiais como as políticas nacionais em curso adotam essa terminologia, como se verá na sequência.

3 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: AS POLÍTICAS NACIONAIS PARA O SETOR

A construção de políticas nacionais voltadas para o acesso e utilização das tecnologias da informação e da comunicação segue o ritmo próprio de cada Estado. No caso brasileiro, desde que a internet começou a operar, em meados da década de 90, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia adotaram medidas para seu acompa-

nhamento. Dentre elas, destaca-se a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, instituído por meio da Portaria Interministerial 147, de 31.05.1995, órgão que deveria congrega representantes do governo brasileiro, da iniciativa privada e, especialmente, representantes dos usuários. Sua estrutura inicial sofreu alterações subsequentes, estando atualmente composto por vinte e um membros, em sua maioria representantes do Estado, ao que se somam três representantes do setor das tecnologias da informação e da comunicação. O principal objetivo do órgão é coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços de internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados.

No final dos anos 90, na esteira das atividades do Comitê Gestor da Internet, o governo brasileiro propôs uma série de ações, consubstanciadas num documento publicado no ano 2000 e intitulado Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde.

Segundo o disposto no **Livro Verde**, a sociedade da informação seria construída a partir de estratégias que fossem adequadas ao contexto brasileiro. Os primeiros passos em direção à construção desse modelo de sociedade foram dados na década de 90, com a criação do Comitê Gestor da Internet. O posterior processo de privatização das telecomunicações e a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) são medidas enumeradas como promotoras dessa sociedade (TAKAHASHI, 2000, p. 4-5).

A inserção do Brasil neste novo paradigma informacional não depende somente de tecnologia, como reconhecido na própria publicação, sendo necessário que se invista em estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional, nas instâncias reguladoras, normativas e de governo. Para tanto, é necessário ir além das iniciativas governamentais, pois o processo de formulação de políticas nacionais para a informação pressupõe a participação social, que é o sustentáculo da democracia.

O conjunto de estratégias delineadas no **Livro Verde 2000** aponta as oportunidades que podem resultar da adoção das tecnologias da informação e da comunicação destacando-se: a) oportunidade de trabalho para todos, com expansão de novos e melhores empregos; b) universalização do acesso, o que proporcionaria à sociedade experimentar relações sociais mais democráticas; c) oferta de educação continuada, contemplando habilidades e competências que permitissem usufruir das novas tecnologias da informação e da comunicação; d) valorização de conteúdos e identidade cultural, já que as tecnologias permitiriam a construção e manutenção de gigantescos acervos de conteúdos, permitindo o registro, armazena-

mento e circulação de informações em todo o Brasil; e) administração transparente e centrada na participação cidadão, visto que a administração pública, além de ficar mais ágil, ainda possibilitaria que os cidadãos tivessem acesso aos dados e decisões da gestão pública, aumentando os níveis de participação, dentre outros.

O rol de propostas e ações é bastante amplo, atingindo segmentos tais como: trabalho, comércio eletrônico, incentivo a pequenas e médias empresas, utilização de serviços, cidadania, conteúdos e identidade cultural.

Como o próprio texto sugere, cada ponto positivo ou oportunidade acima apresentado pode ser confrontado com situações de risco ou vulnerabilidade que podem ser produzidas a partir do uso dessas tecnologias, tais como: se é verdadeiro que sua adoção poderá promover novos e melhores empregos, o que forçará a adoção de um novo tipo de formação para os profissionais, também é verdade que expressivo número de trabalhadores brasileiros não dispõe de qualificação adequada para enfrentar o mercado tradicional, o que abre inúmeras interrogantes sobre sua condição para operar com as novas tecnologias. Na hipótese de não conseguir a qualificação necessária haverá substituição da mão-de-obra por outra, resultando no agravamento dos quadros de desemprego no Brasil. Nesse ponto cabe lembrar que a qualificação não pode ser exigida apenas do empregado, pois de nada adiantará ele estar treinado para usar o novo instrumental que lhe é conferido se a organização empresarial não adotar configuração mais descentralizada, na qual o empregado possa tomar algumas decisões, fazendo real uso das informações a que tem acesso, como ensina Lojkin (2002). Com isso fica patente que o enfrentamento do tema é mais complexo, pois não se esgota em treinamento de empregados, como parece numa primeira leitura, impondo-se a requalificação de empregados e da própria empresa.

Outro risco que atinge o mercado de trabalho é o de as tecnologias da informação serem utilizadas pelos empregadores como forma de aumentar o controle e a vigilância sobre seus empregados, como tem se configurado em inúmeros casos de violação de *e-mail*, instalação de câmeras, entre outros.

Por certo, a tecnologia, por si só não determina a sociedade, podendo prestar-se a vários usos, pois, como já salientado por Castells (2008, p. 43), “[...] a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”, mas ela oferece instrumental para que se ampliem os controles, o que pode violar os direitos de personalidade, notadamente a imagem e a intimidade

das comunicações do empregado. Logo, a revolução informacional, como chamada por Lojkin (2002), não deve se esgotar apenas na adoção das tecnologias da informação e da comunicação, do amplo acesso ao mundo digital, devendo ser conjugada com a reflexão sobre os riscos do seu uso, sob pena de comprometer-se a dimensão humana por trás das máquinas e cabos de conexão.

No mesmo sentido, é inegável que o maior acesso às informações se constitui em fator que *pode* desencadear o aumento da participação. No entanto, não é suficiente por si só, ou seja: é preciso que a Sociedade civil seja ouvida, tenha conhecimento das implicações do uso destas tecnologias, possa opinar. Deve-se ter em conta que o processo em curso deve melhorar as condições de vida da população, e não fragilizá-la ainda mais, o que acontecerá se as políticas forem orientadas apenas em favor das exigências do mercado. Portanto, cabe ao Estado harmonizar os interesses em questão, de forma que a construção da sociedade da informação leve em conta os direitos e garantias dos cidadãos.

Também não se discute que as novas tecnologias da informação podem contribuir para o aprendizado ao longo da vida. Todavia, esse aprendizado não pode ser confundido com mero treinamento para o seu uso, mantendo-se num nível instrumental. Tampouco deve preocupar-se apenas com a formação de contingentes preparados para atuar na nova economia informacional, como se percebe ao ler o documento. E aqui se aponta uma das fragilidades da plataforma brasileira, que parece centrar sua atenção no mercado, em detrimento do aspecto humano envolvido no processo ensino-aprendizagem.

Com efeito, a adoção das tecnologias da informação pode contribuir para a educação formal, desde que junto com as noções operacionais também sejam valorizadas as novas competências comunicacionais que envolvem o uso desta tecnologia, preparando os usuários para se tornarem aptos a conjugar os saberes individuais com os coletivos, construídos a partir da interação na internet.

Por fim, observa-se que o Brasil aposta nas tecnologias da informação e da comunicação como instrumentos favoráveis ao aumento da participação e da cidadania. Nesse aspecto, cabe lembrar que não basta a possibilidade de acesso a serviços oferecidos pelas páginas governamentais, da mesma forma que não é suficiente acompanhar as notícias veiculadas pelos gestores públicos na internet. Com efeito, da mesma forma que os dados publicados na imprensa escrita e falada podem ser manipulados, as informações disponibilizadas na internet também poderão padecer do mesmo vício. Torna-se necessário, então, ir além da mera informa-

ção, oportunizando canais de interação entre a população e o gestor, em que seja possível apresentar suas demandas e tê-las respondidas pela administração pública⁵.

O Livro Verde (TAKAHASHI, 2000, p. 11) mostra que os idealizadores da sociedade da informação no Brasil têm consciência da necessária articulação nos níveis local, nacional e internacional e do compartilhamento de responsabilidades entre governantes, organizações privadas e Sociedade civil.

Como já anuncia a expressão adotada ao longo de suas páginas, trata-se do desafio de construir uma *sociedade em rede*, o que pressupõe a atuação conjunta de vários segmentos, onde cada um tenha oportunidade de contribuir para o projeto comum. Nessa linha de raciocínio, à iniciativa privada caberiam os investimentos e a inovação no setor, o que deveria resultar em produtos de alta qualidade, serviços inovadores e preços acessíveis. Ao Estado, por outro lado, compete acompanhar e regular a competição entre as empresas que atuam neste segmento, de forma a permitir que os usuários tenham maiores opções de escolha e melhores condições de acesso. Além disso, o governo brasileiro, em todos os seus níveis, teria a missão de assegurar o acesso universal às tecnologias, independente de condições geográficas e sociais do cidadão, inserindo na sociedade informacional os grupos tradicionalmente excluídos e marginalizados, ao que se soma a difícil missão de disponibilizar o aparato normativo necessário para regular, de forma harmônica e flexível, os interesses em questão.

Para tanto, o Estado não pode prescindir da participação da Sociedade civil, em grande medida alvo tanto de oportunidades, quanto de riscos produzidos a partir da utilização das tecnologias da informação. Pelo teor do Livro Verde, a Sociedade deve assumir postura atuante, na medida em que lhe compete acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas, influenciar os poderes, oferecer sugestões e denúncias em caso

⁵ Na seara da ciberdemocracia, Cardoso (2007, p. 373-400) explica que as formas de participação por meio de discussão e de promoção de atividade política organizadas na internet são importantes canais para a democracia do século XXI, pois permitem que o cidadão tenha maior acesso ao processo político, melhorando sua qualidade de informação. Entretanto, apesar de permitir maior transparência ao processo, há o risco de os atores políticos utilizarem as tecnologias para replicar velhas práticas, tais como disseminar a propaganda e o *marketing* político. Outro risco é não se desenvolver adequadamente a interface entre eleitos e eleitores, o que, em parte, se deve ao fato de nem todos os políticos terem *domesticado* as novas tecnologias, ao que se soma o hábito de relegar as respostas dos *e-mails* aos seus assessores, o que termina inviabilizando o contato mais direto entre os cidadãos e seus representantes.

de problemas enfrentados, além, é claro, de conduzir sua *navegação na rede* de forma ética e responsável (TAKAHASHI, 2000, p. 11). E nesse ponto cabe lembrar, com base em Castoriadis (1987-1992), que há um *déficit* participativo, fruto da tradicional separação entre Estado e Sociedade civil, o que faz com que esta última permaneça à espera das decisões estatais, como se não fosse também responsável pelo sistema social no qual está inserida. Aliado a isso, é preciso ter compreensão das possibilidades e riscos que o uso das tecnologias oferece, e se sabe que a população usuária não dispõe dessas informações, pois elas contrariam os interesses do setor. Com efeito, para as empresas e grupos que exploram o setor é mais lucrativo que todos pensem que o ambiente virtual é seguro, democrático e livre, não devendo sofrer qualquer ingerência do Estado, que se constituiria em sistema de controle.

Enquanto todos acreditam na livre navegação na internet, de forma velada o mercado controla os internautas, recolhe dados pessoais e os negocia, num lucrativo negócio⁶. Por fim, a participação da Sociedade civil não pode se resumir a alguns poucos expoentes, *selecionados a dedo*

⁶ Essa prática é bastante recorrente, sendo noticiada por inúmeros autores, dentre eles: Vieira (2002, p. 75-76), que adverte que os usuários da internet encontram-se bastante vulneráveis, posto que seus dados pessoais “[...] são manejados ao gosto das empresas que estão na internet”, que os utilizam para fins variados, tais como venda, *marketing*, objetivos políticos e até mesmo para perseguição, o que ocorre nos casos em que o usuário pertence a alguma minoria. Explica que a prática da formação de banco de dados teve início na década de 60 e que hoje deve haver aproximadamente seis milhões de linhas que armazenam dados. Estes, uma vez capturados, são incluídos em listas que são objeto de negociação, pois a partir deles é possível identificar o perfil do internauta, o que tem grande valor econômico. Pereira (2006), por sua vez, aponta várias formas de captura de dados, desde a obtenção do endereço eletrônico quando uma mesma mensagem é enviada para várias pessoas ou para listas de discussão, o que torna o titular do endereço vulnerável ao recebimento de inúmeros *spams* indesejados, até a exposição à intimidade dos usuários levada a cabo em Estados que, a pretexto de combater o terrorismo, controlam ostensivamente as comunicações realizadas na internet, o que permite que o próprio Estado mantenha um imenso banco de dados, dotado das informações sensíveis dos internautas. Ao lado desses casos, refere situações ainda mais graves, como as frequentes páginas gratuitas disponíveis da *web*, em que o usuário, em troca do serviço, disponibiliza os dados pessoais, que posteriormente são negociados com outras empresas. Kaminski (2000, p. 96) há muito denuncia a captura de dados pessoais, conforme se lê na seguinte passagem: “Na internet, há empresas especializadas em coletar e distribuir informações, tais como nomes, endereços, telefones e dados demográficos. Câmeras de vídeo observam nossos momentos íntimos em lojas, aeroportos e ruas; computadores armazenam dados e preferências pessoais, e redes de comunicação tornam, potencialmente, essas informações pessoais amplamente disponíveis para o mundo. Devemos permitir que nossos hábitos de compras sejam mapeados?”

⁶ Para utilizar uma expressão muito cara a Rifkin (2002).

para compor órgãos públicos criados com a finalidade de implantar a sociedade da informação no Brasil. Não se trata de simplesmente legitimar o processo de acompanhamento e tomada de decisão, e sim, ampliar a base da discussão de forma que a Sociedade civil possa ocupar um lugar real e não apenas fictício.

A participação da Sociedade é imprescindível, e sua ausência se constitui numa das fragilidades da política de inclusão digital posta em prática pelo Brasil. Com efeito, o Livro Branco, produzido pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia e publicado no ano de 2002 aponta um conjunto de iniciativas que devem ser colocadas em prática para fomentar a participação social, dentre elas o “[...] compartilhamento de responsabilidades por muitos segmentos da administração pública, da iniciativa privada e da sociedade civil”. (BRASIL, 2002, p. 69)

Uma vez apresentadas as bases políticas delineadas para a construção da sociedade da informação no Brasil, cabe agora verificar em que medida as diretrizes e objetivos propostos estão sendo alcançados, o que será feito tendo como base a análise dos dados obtidos a partir das pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

4 DESVELANDO A REALIDADE: AS AMBIVALENCIAS E FRAGILIDADES DO MODELO DE INCLUSÃO DIGITAL BRASILEIRO

Como visto, uma das primeiras providências voltadas à construção da chamada sociedade da informação foi a instituição do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Conforme informações disponíveis na página do órgão, no âmbito do Comitê Gestor para a Internet do Brasil funcionam vários grupos e núcleos de atuação⁷, dispondo de uma série de informa-

⁷ Eis algumas informações sobre a estrutura do Comitê Gestor da Internet no Brasil, extraídas de sua página: “Os grupos, Centros e Núcleos são: Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança para a Internet brasileira, responsável por receber, analisar e responder a incidentes de segurança em computadores, envolvendo redes conectadas à Internet brasileira; Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC.br – responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no país; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br, entidade civil, sem fins lucrativos, que desde dezembro de 2005 implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Ainda funcionam o Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologias de Redes e Operações e Registro de Domínios para a Internet do Brasil”. Disponível em: <<http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

ções que oferecem uma visão bastante ampla do processo de inclusão digital levado a efeito no Brasil. Dentre os materiais disponíveis, destacam-se as pesquisas sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil, realizadas pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC.br, já em sua terceira edição.

Visando a confrontar as diretrizes propostas para a sociedade da informação no Brasil e a realidade, serão apresentados e comparados alguns dados obtidos na primeira pesquisa, realizada em 2005⁸ e na última, que investigou o estado da questão no ano de 2007 e cujos resultados foram publicados neste ano⁹.

Para a compreensão da abordagem importa esclarecer que, devido aos limites deste artigo, serão realizados alguns recortes, selecionando-se para comparação e discussão apenas os dados obtidos a partir da pesquisa junto aos domicílios, considerados mais aptos a revelar o processo de inclusão digital, ora em curso¹⁰.

⁸ Segundo informado na publicação, esta primeira edição trabalhou com dados obtidos nos meses de agosto e setembro de 2005, abrangendo tanto a investigação realizada nos domicílios, quanto nas empresas. A amostra probabilística da pesquisa para ambos os casos tem uma margem de erro de no máximo 1,5% no âmbito nacional e de 5% regionalmente. A parte referente aos domicílios, identificada como TIC DOMICÍLIOS 2005, mediu a penetração e uso da internet em domicílios a partir de vários módulos de perguntas que visavam identificar: a forma de acesso às tecnologias, o uso do computador e da internet, questões referentes à segurança e comércio na rede, uso do e-mail, intenção de aquisição de equipamentos, dentre outros aspectos. Para chegar a um conjunto de dados que pudesse expressar a situação dos usuários brasileiros, as entrevistas foram realizadas presencialmente, em 8.540 domicílios e com indivíduos a partir dos 10 anos. (BRASIL, 2006, p. 16-17)

⁹ A 3ª edição da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC DOMICÍLIOS foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2007, em todo o território nacional urbano. Foi desenvolvida pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), órgão do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Seguindo a metodologia utilizada nas pesquisas anteriores, foi medida a disponibilidade e uso da internet em domicílios, questionando-se sobre: a) Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação; b) Uso de computadores; c) Uso da Internet; d) Segurança na Rede; e) Uso do E-mail; f) Spam; g) Governo Eletrônico; h) Comércio Eletrônico; i) Habilidades no uso das TICs; j) Acesso sem Fio; l) Intenção de Aquisição de Equipamentos e Serviços TIC. Para os limites e finalidades deste estudo, serão abordados apenas os dados referentes aos itens a, b, c, i e l. (BRASIL, 2008, p. 69). A amostra realizada em 2007 foi a mais ampla até então realizada, pois envolveu entrevistas presenciais em 17.000 domicílios e com indivíduos com mais de 10 anos.

¹⁰ Não serão abordados, portanto, os dados referentes ao uso das tecnologias da informação e da comunicação pelas empresas e aqueles referentes ao governo eletrônico.

Conforme constatado na primeira edição da pesquisa, em 2005, o acesso da população brasileira ao computador de mesa ainda era relativamente restrito, posto que 16,6% das famílias brasileiras o possuíam, percentual que sofria queda expressiva quando se tratava de *laptop*, tecnologia utilizada por apenas 1% da população. Neste período já ficava bem evidenciado que as diferenças sociais e econômicas são definidoras do maior ou menor acesso da população a estas tecnologias. De acordo com os dados levantados à época, as pessoas que desfrutavam de melhores condições financeiras, integrando a “Classe A” eram as que mais dispunham de computador (89%). Este percentual decrescia entre os integrantes da “Classe B” (56%) e caía dramaticamente nas classes C e D, alcançando 16 e 2% respectivamente (BRASIL, 2006, p. 79-80).

Além das condições econômicas, verifica-se que o grau de instrução é um elemento importante, visto que 60% das pessoas com ensino superior também tinham computador, proporção que diminuía significativamente quando o grau de formação escolar era o colegial (apenas 23%). Dentre os que apresentam escolaridade mais baixa o computador não era considerado uma necessidade, posto que menos de 5% dos integrantes desta faixa de escolaridade referiram possuir computador (BRASIL, 2006, p. 80).

A maior procura por computador concentrava-se entre a população mais jovem, sendo que as pessoas entre 16 e 24 anos eram as que mais possuíam computador, apesar de apresentarem renda inferior ao dos mais velhos (BRASIL, 2006, p. 81). A mesma preferência se mostrava quanto ao uso, pois os mais jovens também figuravam como os maiores usuários. Neste ponto, interessa ressaltar que a pesquisa apontou que para muitos desse contingente, a adoção de políticas públicas voltadas à inclusão digital que resultassem na redução de preços, por exemplo, poderia se constituir em elemento facilitador da aquisição. Apesar disso, para cerca de 31% da população tais medidas não teriam nenhuma eficácia diante de sua renda negativa, que não comportava a aquisição de equipamentos. Para este segmento, a alternativa de inclusão digital seria através do acesso gratuito nas escolas e demais locais públicos. Para outros 43% da população, medidas de subsídio para a aquisição de computadores poderiam se converter em mecanismo favorável à inclusão digital. Tais discrepâncias já indicavam que o processo de inclusão digital deveria contemplar diferentes ações, pois, do contrário, não atenderia às peculiaridades de um país tão grande e cheio de contrastes (BRASIL, 2006, p. 82).

A região brasileira que apresentava maior número de pessoas que tinham computador era o Distrito Federal, onde 1 a cada 3 habitantes

possuía esta tecnologia. Logo a seguir apresentam-se: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Curitiba, do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, todas com percentuais acima da média nacional. Em contrapartida, as regiões menos favorecidas, com percentuais abaixo da média nacional eram as regiões do Centro-Oeste, Região Metropolitana de Recife, Região Metropolitana de Belém, Região Norte, outras regiões do Nordeste e Região Metropolitana de Fortaleza, sendo que esta última era a que apresentava os piores percentuais de disseminação do computador na comparação entre todas as áreas investigadas (BRASIL, 2006, p. 80).

Na época, apenas 21% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet, apresentando-se uma relação bastante estreita entre renda e escolaridade: quase 90% das pessoas da “Classe A” tinham internet em casa, percentual que caía para ínfimos 7% dos pertencentes às classes menos favorecidas (Classes D e E). O grau de instrução dos internautas também chama a atenção, visto que dentre os que tinham internet em casa, mais de 60% possuíam curso superior completo (BRASIL, 2006, p. 83).

Outro fator assinalado é que o acesso à internet se mostrava estritamente relacionado ao fato de as pessoas possuírem computador, conforme demonstrou a primeira edição da pesquisa, ocasião em que cerca de 60% das pessoas responderam que não dispunham de internet em casa por não terem computador (BRASIL, 2006, p. 83).

O cotejo entre os dados obtidos na primeira edição da pesquisa e na última, realizada no ano de 2007, permite afirmar que houve uma intensificação no uso e na apropriação das tecnologias da informação e comunicação por parte da população brasileira. Apesar disso, o acesso continua determinado por fatores socioeconômicos e pelas desigualdades regionais.

Os computadores de mesa estão presentes em 24% das residências (BRASIL, 2008, p. 77), apresentando elevação em comparação com os dados registrados no ano de 2005. Nesse aspecto pode-se observar que a elevação pode ser atribuída às políticas públicas adotadas, vez que os domicílios com renda entre 3 e 5 salários mínimos apresentaram um aumento de 23% para 40% de penetração dessa tecnologia.

Apesar dos avanços, as políticas governamentais não conseguiram apresentar a mesma eficácia em todas as regiões brasileiras, já que a Região Norte registra a menor proporção de domicílios com computador (13%), seguida da Nordeste (11%) (BRASIL, 2008, p. 78).

A internet atingiu maior contingente de pessoas, sendo que 41% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade informaram que já acessaram a internet. Os usuários, assim considerados todos aqueles que tinham acessado a internet nos últimos três meses, também cresceram, representando 34% da população. O comparativo entre os dados levantados na pesquisa realizada no ano anterior (2006) e os dados apurados em 2007 apontam um crescimento de seis pontos percentuais de um ano para outro (BRASIL, 2008, p. 83). Outro aspecto significativo, que obteve grande impulso no período de um ano, foi a passagem do acesso discado ao uso da banda larga, que já se encontra presente em 50% dos domicílios que acessam a internet (BRASIL, 2008, p. 79).

Em que pese a redução no preço dos computadores, este ainda é um fator apontado por 78% dos entrevistados como responsável pela não aquisição deste bem de consumo. Até mesmo quem pertence à classe socioeconômica mais favorecida aponta o preço como inibidor das aquisições. De igual forma, o custo do acesso à internet também foi apontado pelos entrevistados, sendo que 58% referiram o preço elevado como fator determinante para não disporem dessa tecnologia. A grande maioria dos entrevistados mostrou interesse em ter acesso, contra apenas 16% que se manteve indiferente, o que pode ser explicado pela falta de habilidade para utilizar a internet, situação na qual se encontram 13% dos entrevistados que não têm acesso à rede (BRASIL, 2008, p. 81).

Quanto à frequência, 53% dos usuários acessam diariamente a internet. Em contrapartida, outros 34% informaram realizar acessos semanais (BRASIL, 2008, p. 83).

O uso da internet está muito relacionado à comunicação, lazer e busca de informações, o que é apontado por cerca de 90% dos entrevistados. No quesito comunicação, o uso do *Orkut* apresenta 64% de respostas, seguido pelo envio de mensagens instantâneas, apontado por 55% dos usuários. Dentre as atividades de lazer destacam-se a leitura de jornais e revistas (47% de incidências) e aquelas, relacionadas a jogos ou fazer *download* de jogos, apontada por 43% dos entrevistados (BRASIL, 2008, p. 84).

Parece que as políticas voltadas aos estímulos para a instalação de centros públicos de acesso renderam percentuais positivos, visto que 49% dos entrevistados referiram acessar a internet de *lan house* ou similares, local preferido especialmente por aqueles de menos idade e provenientes de classes socioeconômicas menos favorecidas. Na medida em que aumentam a faixa etária e a renda, o local predominante para o acesso é o domicílio (BRASIL, 2008, p. 85).

Quanto às habilidades para o uso da internet, percebe-se que os mais jovens apresentam maior facilidade para operar com esta tecnologia, assimilando sozinhos e de forma mais rápida o seu manuseio. Entre os de mais idade há maior dificuldade, o que talvez explique o uso reduzido que fazem, limitando-se a recorrer aos mecanismos de busca e ao uso do *e-mail* (BRASIL, 2008, p. 99-102).

Conforme se constata do cotejo entre as duas edições da pesquisa, houve avanços na área, especialmente no que tange ao crescimento de domicílios com computador e quanto aos que dispõem de acesso à internet. Segundo Santos (BRASIL, 2008, p. 35), o aumento no número de domicílios com computadores se deve aos esforços do governo federal que, por meio do Programa Computador para Todos, reduziu os impostos para a aquisição, o que possibilitou que as classes menos favorecidas adquirissem este bem.

Convém lembrar, no entanto, que ainda há um enorme contingente de pessoas que, por integrarem as Classes D e E não têm condições de aquisição de computadores, o que exige outro tipo de esforço, para além da redução de impostos ou da mera extensão dessa tecnologia aos centros pagos, como *lan house*. Ora, se as pessoas das classes menos favorecidas sequer conseguem comer, é um tanto quanto difícil imaginar que vão dispor de condições para pagar pelo acesso à internet. De igual forma, são necessárias ações mais efetivas para levar as tecnologias da informação e da comunicação às Regiões Norte e Nordeste, que em 2005 já eram apontadas como locais de exclusão digital e, três anos depois e após a realização de políticas públicas, ainda continuam registrando acesso deficitário.

Uma iniciativa governamental, citada por Santos (BRASIL, 2008, p. 38), é o Programa Banda Larga nas Escolas, recentemente lançado pelo governo federal e que, segundo ele, irá *revolucionar a educação e o processo de aprendizagem no Brasil*, pois possibilitará que as escolas de ensino fundamental e médio das cinco regiões brasileiras tenham condições de oferecer acesso à internet a aproximadamente 37,1 milhões de alunos até 2010¹¹.

Em que pese a iniciativa ser louvável, é preciso que ela não se reduza apenas ao envio de computadores às escolas e ao acesso à internet banda larga. É necessário que sejam implementados programas de capa-

¹¹ Segundo o autor, em 2008 já seriam atendidas 40% das escolas; percentual que seria repetido no ano de 2009. Os 20% das escolas públicas restantes seriam atendidas no ano de 2010.

citação dos docentes para que possam efetivamente incorporar essa tecnologia em suas práticas pedagógicas, tirando o melhor proveito de seu uso. De igual forma, deve-se trabalhar com os estudantes para que percebam as possibilidades oferecidas pelo uso da internet, atentando-se, igualmente, para os possíveis riscos que o seu uso pode acarretar. Em síntese, o que se defende é que, junto com os esforços governamentais no sentido de ampliar o acesso à tecnologia, seja contemplado o aspecto humano, sem o qual não se promove a construção do conhecimento e da cidadania, aspectos imprescindíveis para a superação das desigualdades sociais. E aqui reside um dos problemas observados nas políticas públicas brasileiras: o acesso à internet e a variedade de informações e oportunidades de comunicação que ela oferece não têm, por si só, a capacidade de instrumentalizarem a pessoa a construir conhecimento. Dito de outra forma: não basta o mero acesso à tecnologia e à informação, devendo-se pensar o que fazer para que esse acesso se converta em conhecimento, capaz de auxiliar no desenvolvimento de habilidades que permitam à pessoa ascender a melhores condições econômicas, sociais e de participação política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS (E PROVISÓRIAS)

O estudo empreendido ofereceu elementos para a análise do atual estágio de desenvolvimento da sociedade da informação no Brasil. Verificou-se que, a exemplo dos demais Estados de modernidade tardia, o Brasil padece de um *déficit* de participação da Sociedade civil, que se mostra ausente na elaboração de suas políticas públicas, normalmente concentradas nas mãos do Estado. Esse mesmo problema se mostrou latente na elaboração das políticas voltadas à área da informação, pois apesar de o Brasil ter instituído um Comitê Gestor da Internet, este órgão é composto majoritariamente pelos representantes do governo, o que acaba se refletindo não só nos rumos adotados, bem como no comportamento das pessoas, que se sentem descomprometidas com os rumos da sociedade da informação.

Com efeito, a postura assumida pelos atores brasileiros revela que *in terras brasileiras* ainda se acredita que o Estado possa resolver os problemas causados pelo crescente desenvolvimento tecnológico apresentado no setor, como se tudo se resumisse apenas à tarefa de levar a tecnologia até as regiões mais remotas do país, ou se o problema se limitasse à aquisição de computadores. É claro que o acesso a tecnologia é o primeiro passo e se constitui em tarefa difícil, especialmente em país com tama-

nhas desigualdades sociais e de vasta extensão geográfica. Não obstante, essa não pode ser a única preocupação.

A implementação da sociedade da informação no Brasil não pode se conduzir apenas sob o viés tecnológico, atendendo os reclames e demandas do mercado que atua no setor. Concomitante a isso, é preciso pensar nas demais dimensões envolvidas, tais como os aspectos humanos, culturais e sociais impactados pela utilização das tecnologias da informação e da comunicação, pontos que ainda se encontram fragilizados. É imperioso que seja ampliado o campo de atuação, considerando-se não apenas a *sociedade da informação*, onde o foco parece ser o acesso às tecnologias e à informação circulante, rumo à *sociedade informacional*, caracterizada pela interpenetração do setor produtivo com o de serviços; pela crescente penetração da informação na vida das pessoas, em que ela não apenas informa mas também modela formas de vida, linguagem, hábitos. Ao permear todas as esferas de atuação, a informação tece numa verdadeira rede que vincula pessoas de locais variados, aproxima a indústria e a pesquisa, produzindo problemas não só de acesso, mas principalmente aqueles, relacionados à própria produção, circulação, controle e partilha de informações.

Ao longo do trabalho constatou-se que a compreensão distorcida ou parcial da questão, ainda focada no acesso à informação sem considerar as medidas necessárias para que isso se transforme em conhecimento está na origem das políticas nacionais de informação no Brasil. Com efeito, o exame realizado revelou que as políticas nacionais para a informação não apresentam preocupação com as questões culturais, que também podem ser afetadas a partir da utilização da internet, especialmente em razão do processo de homogeneização cultural em detrimento das culturas e da própria língua local.

A equidade no processo de inclusão digital também se mostra prejudicado, posto que há discrepâncias enormes entre as regiões que já ingressaram na era digital e aquelas que, a exemplo da Norte e da Nordeste brasileiros, permanecem excluídas do acesso às tecnologias da informação e da comunicação. As populações mais vulneráveis econômica e socialmente precisam tratamento para além do mero acesso a centros pagos, ou disponibilidade de acesso à internet nas escolas. Junto com a multiplicação dos pontos de acesso (em centros comunitários, escolas e demais logradouros públicos) torna-se imperioso que as pessoas saibam converter as informações em conhecimentos, sem o qual continuarão marginalizados.

A ideia de disponibilizar computadores e acesso à internet nas escolas por ora tem se apresentado apenas como uma forma de ampliar a

penetração destas tecnologias entre os segmentos mais empobrecidos, e a escola parece ser vista apenas como uma via de acesso. Só que isso não basta. A essas iniciativas deveriam ser somadas inúmeras outras, destinadas a promover o desenvolvimento de habilidades de uso, tanto de professores das escolas beneficiadas com o programa, quanto da população em geral, pois de nada adianta pensar no processo de inclusão digital apenas pelo aspecto tecnológico, descuidando-se do uso que se vai fazer com os instrumentos disponíveis. Logo, é preciso que os professores tenham acesso a cursos (e não meros treinamentos para minimamente operar com os computadores) e eventos em que possam refletir sobre como essa tecnologia pode ser incorporada ao processo ensino-aprendizagem, o que, por certo, vai muito além de conduzir os alunos até o laboratório de informática das escolas e simplesmente os deixar *navegando na internet*.

O uso das tecnologias da informação e da comunicação na educação não deve, também, servir somente para preparar o educando para o mercado, como aparece claramente em tantos documentos produzidos, a exemplo do que dispõe o **Livro Verde** da sociedade da informação no Brasil. Ora, usar uma tecnologia que oferece inúmeras possibilidades apenas para *preparar para o mercado* é reduzir toda a dimensão social e política que a revolução informacional possibilita a uma mera questão econômica, reproduzindo e realimentando o processo de exclusão.

A neutralidade tecnológica, cuja observação se faz necessária para evitar que o processo de inclusão digital posto em marcha beneficie determinadas empresas em desfavor de outras e até mesmo dos usuários, também se mostra um ponto frágil, apontado inclusive pelos especialistas que integram o Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Como se vê, ainda há muito a ser feito no Brasil, sobretudo no sentido de ampliar o debate e as ações, voltando-as para a construção da *sociedade informacional* no Brasil. Diante disso, é imperioso que se reflita sobre o modelo de inclusão digital a que se aspira, sobretudo para que não se perca a oportunidade de converter o acesso à informação em construção do conhecimento, única forma capaz de alçar o Brasil a melhores condições sociais, econômicas e políticas.

6 REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Gil Costa. In: VIDIGAL, Geraldo de Camargo; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Comentários à lei das sociedades por ações**: Lei 6.404, de 15.12.1976, atualizada pela Lei 9.457, de 05.05.1997. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2005**: [coordenação editorial: Mariana Balboni]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006. Disponível em: <www.cetic.br/publicacoes/index.htm>. Acesso em: 30 set. 2008.

BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2007** [coordenação executiva e editorial: Mariana Balboni]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2008. Disponível em: <www.cetic.br/publicacoes/index.htm>. Acesso em: 30 set. 2008.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**: filtros, vitrines, notícias. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio – a era da informação**: economia, sociedade e cultura. 11. ed. Traduzido por Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III**: o mundo fragmentado. Traduzido por BOAVENTURA, Rosa Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

GONÇALVES, Maria Eduarda. **Direito da informação**: novos direitos e formas de regulação na sociedade da informação. Coimbra: Almedina, 2003.

KAMINSKI, Omar. Privacidade na internet. *In*: ROVER, Aires José. **Direito, sociedade e informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000, p. 95-103.

LOJKINE, Jean. **A Revolução informacional**. Traduzido por José Paulo Netto. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTELART Armand. **História da sociedade da informação**. Traduzido por Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002.

PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à intimidade na internet**. Curitiba: Juruá, 2006.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: Traduzido por Maria Lúcia G. L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANTOS, Rogério Santana dos. Pela primeira vez, mais da metade da população já teve acesso ao computador. *In*: BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2007** [coordenação executiva e editorial: Mariana Balboni]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2008, p. 35-39. Disponível em www.cetic.br/publicacoes/index.htm. Acesso em: 30 set. 2008.

SIMAO FILHO, Adalberto. Sociedade da informação e seu lineamento jurídico. *In*: PAESANI, Líliliana Minardi (Coord.). **O direito na sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 5-29.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

WACHOWICZ, Marcos. Os direitos da informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos. *In*: WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Propriedade intelectual e internet**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 37-49.

_____. Los paradigmas de la sociedad de la información y el derecho informático. *In*: WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Propriedade intelectual e internet**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 91-104.

VIEIRA, Sônia Aguiar do Amaral. **Inviolabilidade da vida privada e da intimidade pelos meios eletrônicos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.